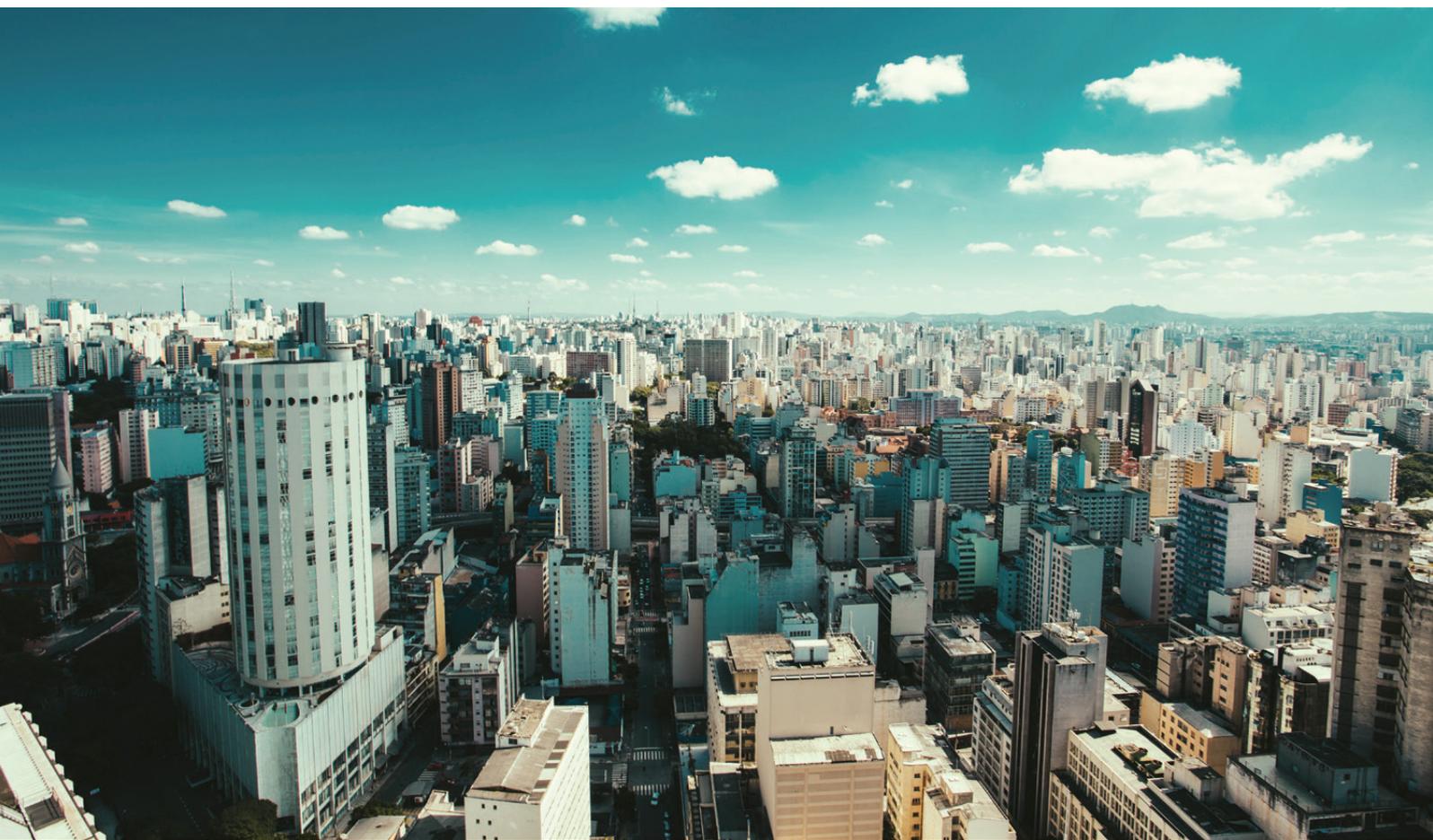


Mobilizando Pesquisas para Ambição Climática e Transparência

Com base nos registros da 4ª Conferência sobre Política
Climática Global | *São Paulo - Brasil, 16-17 de agosto de 2018*



Mobilizando Pesquisas para Ambição Climática e Transparência

Com base nos registros da 4ª Conferência sobre Política
Climática Global | *São Paulo - Brasil, 16-17 de agosto de 2018*

AGRADECIMENTOS

Autores: Sonja Klinsky, based on GCPC 2018 presentations and reports from the rapporteurs

Editora: Claudia Delpero

Relatores: Carolina Grottera, Alexandra Carr, Alessandro Sanches-Pereira

Comitê da Conferência: Michael Mehling (Chair), Alice Amorim, Sonja Klinsky, Karina Marzano, Maria Jose Sanz Sanchez, Charlotte Streck, Jorge Villarreal

Gerenciamento do projeto: Alexandra Carr, Andrzej Błachowicz, Karina Marzano

Design: Maria Clara Thedim

Fotografia: Ricardo Lisboa, Yantra Imagens

Nossos agradecimentos a todos os participantes da conferência e colaboradores que cederam seu tempo valioso para contribuir com este relatório.

Todas as apresentações e artigos mencionados no relatório podem ser baixados no link <https://climatestrategies.org/gcpc-2018/>

Índice

Prefácio	5
Introdução	8
TEMAS TRANSVERSAIS	11
Governança	11
Financiamento	15
TEMAS ESPECÍFICOS	17
Cidades	17
Uso da terra	18
Comércio e clima	19
Energia	20

Prefácio

Nunca foi tão importante haver uma interface sólida entre ciência e política para lidarmos com o desafio das mudanças climáticas. Acontecimentos políticos recentes também sugerem que isso raramente foi algo tão ilusório. No momento em que a comunidade internacional passa a ter maior clareza sobre a escala dos esforços necessários – o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas descreveu esse fato como “sem precedentes históricos documentados” –, a realidade das mudanças climáticas e a necessidade de uma resposta urgente estão sendo questionadas por um número cada vez maior de líderes eleitos e representantes de governo do mundo inteiro.

Mesmo nas melhores épocas, as discussões sobre mudanças climáticas ficavam vulneráveis a polarização e partidarismos. Mas, com o populismo e os cortes de despesas nacionalistas em ascensão, essas

pressões só se multiplicaram. Cortes no financiamento básico para a pesquisa em diversos países e percepções distorcidas sobre o valor e a autoridade da ciência no discurso público não só dificultam a sustentação de uma troca produtiva entre os



Michael Mehling (presidente do GCPC 2018).

Essas características serão muito importantes para superar a inércia e a indiferença que fazem com que nós deixemos de lidar de modo eficaz com o desafio coletivo das mudanças climáticas globais

pesquisadores e os tomadores de decisão política, mas também, em alguns casos, minam o próprio processo científico.

Foi com esse incômodo pano de fundo que ocorreu a 4ª Conferência sobre Política Climática Global (GCPC) em São Paulo, Brasil, nos dias 16 e 17 de agosto de 2018. Os organizadores – a Climate Strategies (CS), o Instituto Clima e Sociedade (iCS), a Iniciativa Climática de México (ICM), e o Programa Regional da Fundação Konrad Adenauer sobre Segurança Energética e Mudanças Climáticas na América Latina (KS-EKLA) – promoveram esse evento sob o tema oportuno “Mobilizando Pesquisas para Ambição Climática e Transparência”, associando-o com a operacionalização e a implementação interna do Acordo de Paris.

O Brasil foi um local providencial para o evento. Escolhido, em parte, por sua importância como ator na cooperação climática global, o país tem sofrido cortes no orçamento e turbulências persistentes na política interna, e um retrocesso gradual em projetos importantes como a redução do desmatamento tropical na Bacia do Rio Amazonas. O candidato vencedor das recentes eleições para presidente, Jair Bolsonaro, tem repetido a retórica de líderes populistas de outros países, depreciando as ações climáticas e prometendo colocar o crescimento econômico à frente de preocupações ambientais. Enquanto outros países da América Latina avançam no incentivo a planos de políticas climáticas, o maior emissor de carbono da região ameaça se retirar dos esforços coletivos.

Nesse contexto, no qual as simplificações e as mentiras definem escolhas de políticas climáticas no nível mais alto de governo, o incentivo ao debate que ultrapasse fronteiras geográficas e disciplinas acadêmicas passa a ser mais do que um mero exercício intelectual. Ele assume o caráter de um corretivo necessário, talvez até indispensável, para reverter o fracasso de instituições bem estabelecidas em proporcionar o processo epistêmico imparcial necessário para administrar com êxito um desafio de políticas tão complexo quanto o das mudanças climáticas. Canais informais e policêntricos de geração e troca de conhecimentos ganham nova importância, espelhando uma tendência mais ampla em governança climática.

E é esse o grande valor da 4ª GCPC, promovida em um momento crítico para a região na qual ela ocorreu. Com o compromisso



Fotografia de Ricardo Lisboa, Yantra Imagens

4ª edição da GCPC em São Paulo.

de avançar em ideias de pesquisas que podem ser transformadas em ação, e com um formato inteligente que reúne pesquisadores com tomadores de decisão do setor público e privado, a GCPC vem de maneira consistente enriquecendo os debates em políticas climáticas com propostas originais de políticas. Sua mais recente edição contou com apresentações selecionadas de um número impressionante de propostas, e cobriu uma série de tópicos transversais e específicos que são diretamente relevantes para o debate nacional e internacional sobre políticas climáticas.

Este relatório resume os temas centrais e os resultados do que aconteceu durante a 4ª GCPC. Espero que ele consiga transmitir a diversidade, a originalidade e o grande entusiasmo das discussões ocorridas em São Paulo. Porque, como também está ficando cada vez mais claro, essas características serão muito importantes para superar a inércia e a indiferença que fazem com que nós deixemos de lidar de modo eficaz com o desafio coletivo das mudanças climáticas globais.

Michael Mehling
Presidente da GCPC 2018

Introdução



A Conferência sobre Política Climática Global (GCPC) é o evento carro-chefe da Climate Strategies. A 4ª edição, realizada em São Paulo, Brasil, nos dias 16 e 17 de agosto de 2018, procurou mobilizar as pesquisas para promover a ambição e a transparência na ação climática, em particular na região da América Latina.

A conferência anual abre um espaço único para o diálogo no qual as comunidades acadêmicas e políticas se reúnem para identificar as principais perguntas que precisam ser feitas para lidar com os desafios multidimensionais impostos pelas mudanças climáticas, e discutir que ações os pesquisadores sugerem com relação a elas.



Fotografia de Ricardo Lisboa, Yantra Imagens

4ª edição da GCPC em São Paulo.



Fotografia de Ricardo Lisboa, Yantra Imagens

4ª edição da GCPC em São Paulo.

O primeiro dia da conferência gira em torno dos assuntos levantados pelas pesquisas enviadas para o evento e selecionadas pelo comitê da conferência. Esse elemento “de baixo para cima” ajuda a assegurar que novas vozes sejam ouvidas, e que novas propostas feitas pela comunidade de pesquisadores fiquem visíveis. No segundo dia, o foco é na integração das pesquisas com processos políticos e de criação de políticas. Ele conta com a presença de experientes conselheiros de governo, de empresas e da sociedade civil, e de todos os atores envolvidos no processo de elaboração de políticas. Esse elemento “de cima para baixo” ajuda os pesquisadores a conectarem seu trabalho com a elaboração de políticas e cria novas ideias sobre os desafios da implementação de políticas

necessárias para uma resposta adequada para as mudanças climáticas.

Cada edição da GCPC é realizada em uma região diferente, uma decisão intencional para garantir que todos os contextos e pontos de vista sejam considerados. As redes regionais e a troca de conhecimento são componentes fundamentais para a implementação bem-sucedida das políticas. Portanto, a realização de conferências regionais é uma importante contribuição para o desenvolvimento dessa habilidade. A capacidade dos países de lidar com os desafios climáticos e de desenvolvimento também está associada a investimentos em pesquisa e a comunidades de elaboração de políticas. Outra vantagem da abordagem regional da GCPC é facilitar as contribuições de uma ampla gama de



Fotografia de Ricardo Lisboa, Yantra Imagens

4ª edição da GCPC em São Paulo.

colaboradores, incluindo aqueles que não costumam participar de grandes eventos internacionais. Isso não só incentiva novas ideias, mas também representa um investimento em pesquisadores e decisores políticos da região.

A interação que ocorre na GCPC entre pesquisa e ciência, de um lado, e a elaboração e a implementação de políticas, de outro, reunida ao compromisso de fomentar redes e conhecimentos regionais e nacionais, combina com a ênfase em ações nacionais dada no Acordo de Paris.

A região da América Latina enfrenta uma série de desafios intimamente relacionados

a mudanças climáticas, desde uso da terra e manejo florestal até rápida urbanização. Ao mesmo tempo, muitos países da região têm se destacado como líderes globais tanto em adaptação quanto em mitigação climática. Conforme aumenta a atenção para as Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs), que tipo de ações estão sendo tomadas na América Latina? Que tipo de pesquisa é necessária para respaldar as políticas climáticas e a implementação delas nessa região? Quais desafios e oportunidades regionais específicos precisam de destaque? Estes foram alguns dos temas discutidos na GCPC deste ano, e eles estão resumidos nesta publicação.

Temas transversais



A abordagem distinta de baixo para cima e de cima para baixo faz com que a GCPC seja ágil na detecção de discussões emergentes em um contexto regional específico. Algumas dessas discussões podem estar associadas a desafios de políticas específicas, enquanto outras são relevantes para os esforços de várias políticas. Identificamos dois temas transversais que se mostraram centrais para os desafios de políticas climáticas na região: governança e financiamento.

Tema 1 – Governança

Possivelmente o tema transversal mais forte da conferência, as estratégias de governança que podem facilitar ou complicar as ações climáticas foram discutidas tanto da perspectiva da adaptação quanto da mitigação. Em muitos casos, esses desafios se estendem além das fronteiras das políticas climáticas e exigem um pensamento mais generalista sobre governança como um domínio central no desenvolvimento sustentável.

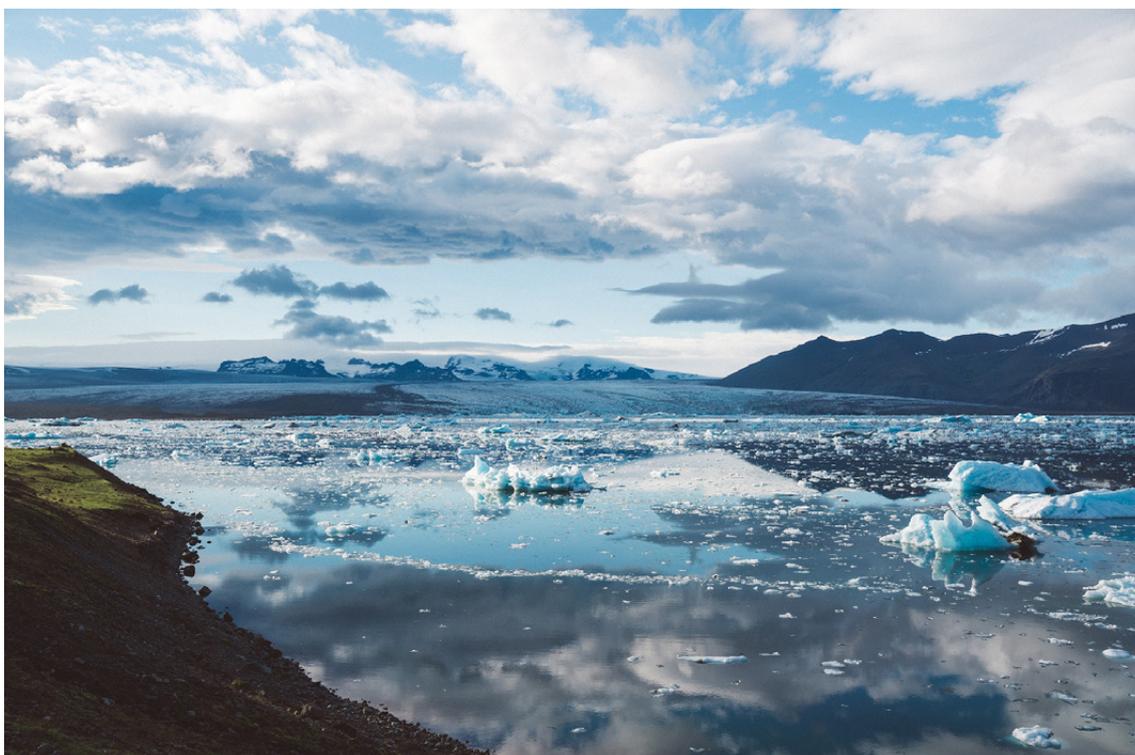
Um elemento chave nessa discussão foi o desafio de criar instituições eficazes capazes de guiar decisões que em geral são contenciosas e que podem ser aplicadas em diferentes escalas ou em diferentes contextos. Os participantes da conferência identificaram diversas oportunidades de investir em capacidade institucional para apoiar políticas climáticas. Por exemplo: para assegurar que regras comerciais não tenham impacto

negativo sobre as políticas climáticas, pode ser útil investir mais em padrões internacionais e nas organizações que os desenvolvem. Ao observar o contexto e definir as expectativas entre os atores e as jurisdições, esses arranjos poderiam diminuir preocupações sobre práticas injustas de comércio que podem surgir na busca por objetivos de políticas climáticas.

Diversos participantes destacaram a importância de capacitar os governos locais e estaduais. “A ação climática é cada vez mais procurada nesses níveis, mas em geral os governos costumam ter grande limitação de recursos e de qualificação, o que limita a capacidade deles de funcionar com eficácia nessa área. A diversidade de iniciativas nesses níveis – desde planejamento urbano até manejo florestal ou a implantação de energias renováveis – pode colocar as

instituições sob pressão se elas não dispuserem de know-how técnico, capacidade organizacional ou força administrativa para implementá-las com eficácia.

Outro tema dessa discussão foi o potencial de criar instituições completamente novas destinadas a habilitar políticas climáticas, o que no passado teria sido algo difícil ou impossível de acontecer. Esses desenvolvimentos são relativamente novos, então fica difícil avaliá-los, mas houve interesse em continuar a experimentação e o questionamento dos efeitos deles. A lei de mudanças climáticas aprovada recentemente no México e a lei de energias renováveis da Argentina foram citadas como exemplos desse tipo de “experimentação” institucional. Em ambos os casos, eles criam novas oportunidades para a implementação, mas a eficácia



Uma das vantagens da GCPC é a oportunidade de falar sobre os desafios específicos que os países e as comunidades estão enfrentando. A corrupção foi citada como a principal preocupação para a implementação de políticas internas

deles também depende de apoio, clareza e compromisso suficientes nos níveis local, estadual e nacional.

Um segundo ponto central foi a importância da integração entre as instituições. Em muitos casos, fica evidente que diversas entidades estão envolvidas em decisões sobre ações climáticas. A integração e a coordenação são, portanto, essenciais, mas têm sido um desafio. A necessidade da integração eficaz entre as instituições e as políticas sobre uso da terra foi um elemento particularmente forte na discussão no contexto da América Latina. Os participantes destacaram o problema de haver vários ministérios e departamentos com jurisdição sobre o uso da terra. Essa responsabilidade compartilhada faz com que seja difícil para as partes interessadas entenderem quem é responsável pelo quê. Isso também tem implicações profundas para processos eficazes de transparência e prestação de contas. Diversos participantes discutiram a importância da integração no contexto urbano já que, mais uma vez, com frequência existem sobreposições entre níveis de

governo ou entre departamentos, e isso pode impedir a eficácia das políticas.

Os riscos de prestação de contas impostos pela falta de integração também foram destacados em uma discussão sobre governança com foco na necessidade de melhorar a prestação de contas por parte do governo e gerenciar a corrupção. Uma das vantagens da GCPC é a oportunidade de falar sobre os desafios específicos que os países e as comunidades estão enfrentando. A corrupção foi citada como a principal preocupação para a implementação de políticas internas. Reconhecer isso como parte do desafio de governança mostra a importância de algumas outras demandas, por exemplo, investimento cuidadoso em governos municipais e estaduais. Reconhece-se também que esses níveis precisam de mais capacitação para enfrentar as pressões de corrupção ao mesmo tempo. Foi observado que, quando não se enfrenta a corrupção, fica mais difícil e menos provável obter resultados positivos com outras opções promissoras de políticas (incluindo trocas Sul-Sul ou outras formas de colaboração, embora

sem se limitar a elas). Apesar de isso ficar fora do entendimento comum de “governança climática”, levar a corrupção a sério em variados níveis de governo é essencial para apoiar políticas climáticas eficazes.

Um quarto grande tema de discussão foi a facilitação e o acompanhamento do progresso. Em muitas ocasiões, os participantes da conferência falaram sobre os desafios de medir o progresso, que incluem, mas também ultrapassam, atividades tradicionalmente associadas a Monitoramento, Relato e Verificação (MRV). O foco dessas conversas foi não só o desenvolvimento de MRV capaz de acompanhar as emissões, mas também encontrar maneiras de usar evidências para facilitar as ações internas e o progresso. Entender completamente como e por que essas políticas funcionam é essencial para melhorar e implementar políticas nacionais, independentemente de outras metas para mediação e avaliação.

Essa compreensão mais ampla do processo de acompanhamento também pode exigir a ampliação das estruturas analíticas. As políticas climáticas e de desenvolvimento humano são multidimensionais, o que significa que é preciso desenvolver e usar estruturas analíticas capazes de refletir essa diversidade e proporcionar avaliações que façam sentido. Um exemplo que foi discutido em profundidade foi o da ICAT (Iniciativa para Transparência em Ação Climática), que foca na avaliação de recursos organizacionais e no auxílio a organizações inteiras para que reflitam e aprendam no contexto da implementação de políticas. Os participantes também discutiram os desafios de monitoramento em áreas específicas das políticas, como

As políticas climáticas e de desenvolvimento humano são multidimensionais, o que significa que é preciso desenvolver e usar estruturas analíticas capazes de refletir essa diversidade

manejo florestal, mas também reconheceram que a prestação de contas e as ações por parte do governo exigem cada vez mais atenção.

Por fim, um quinto tema sob o guarda-chuva da governança foi sobre a geração e a manutenção de mobilização política adequada para a implementação eficaz de políticas climáticas. É possível que esse seja um desafio perene para políticas climáticas de longo prazo e não é exclusivo de nenhum país ou região, embora as dinâmicas específicas possam diferir dependendo do contexto. Diversos participantes discutiram os êxitos obtidos com

a combinação de objetivos climáticos com outros objetivos de desenvolvimento que proporcionaram benefícios imediatos para as comunidades. Outras ideias incluíram o desenvolvimento de instituições mais resilientes a mudanças políticas, como comitês permanentes ou órgãos apartidários responsáveis pelas ações climáticas.

De maneira geral, a forte ênfase em governança foi a principal característica dessa conferência. Embora uma série de questões técnicas persistam, entender como são ou como não são as instituições, trabalhar e continuar as experimentações com projetos institucionais é uma área importante e os esforços devem continuar.



Tema 2 – Financiamento

Intimamente relacionado a governança, financiamento foi o segundo principal tópico transversal que se destacou na conferência. Não é de surpreender, dada a relevância do tópico e de seus substanciais desafios. Como já foi repetido várias vezes em outros lugares, a necessidade de financiamento climático é importante e a implantação dele terá que aumentar

de forma significativa para catalisar as mudanças necessárias para lidar com as mudanças climáticas. Essa mensagem não é nova, e não é exclusiva dessa conferência. Mas isso não significa que a questão esteja se tornando menos importante. Algumas ações vão exigir um aumento significativo de apoio financeiro para poder decolar e serem eficazes.



Os participantes da conferência identificaram diversas áreas que precisam de maior financiamento. Em particular, o financiamento foi considerado essencial em conversas sobre:

- **Cooperação Sul-Sul.** Foi sugerido como um caminho potencialmente útil para a divulgação de boas práticas de políticas, bem como aprendizado e mobilização, mas tem sido consistentemente difícil obter financiamento.
- **Diversificação de beneficiários.** Tem havido cada vez mais interesse em expandir o leque de entidades que podem receber suporte por meio de canais multilaterais. Por exemplo, as cidades e os municípios exercem um papel central, e poderiam se tornar potenciais beneficiários dos fundos junto com os governos federais, ou mesmo no lugar deles. Essa diversificação poderia ser benéfica, pois

essas entidades têm um papel central na implementação de políticas.

Porém, isso traz desafios para o modelo tradicional de financiamento, devido a limitações de capacidades dentro dessas organizações, e por causa da falta de experiência de algumas grandes instituições financeiras no trabalho com elas. Essas dificuldades sugerem que a capacitação e as mudanças nas políticas deveriam visar também as instituições financeiras como atores locais.

- **Apoio programático.** A conferência confirmou as necessidades realçadas em outras discussões sobre políticas climáticas, incluindo a importância de amplo apoio programático ou político, em vez de se concentrar em projetos isolados. Isso também não é novidade, mas a persistência do tema sugere que, apesar do amplo reconhecimento de que ele faria diferença, ele não está sendo tratado.

Desafios específicos



Além dos dois principais temas abrangentes, as discussões giraram em torno dos desafios das ações climáticas em contextos políticos específicos. Em especial cidades, uso da terra, comércio e energia.

Tema 1 – Cidades

Algumas das questões mais importantes para os países, incluindo na América Latina, resultam da sobreposição do aumento da urbanização e do maior impacto das mudanças climáticas em ambientes urbanos. As mudanças climáticas podem exacerbar as vulnerabilidades dos moradores da área urbana, que já estão enfrentando os desafios da urbanização acelerada. Visando as áreas densamente povoadas, as políticas urbanas têm o poder de moldar significativamente tanto a mitigação quanto a adaptação climática.

Um tema central da conferência foi entender os desafios enfrentados pelas cidades, em especial as localizadas no Hemisfério Sul. Com esse pano de fundo, os participantes discutiram as estratégias que estão sendo ou que poderiam ser buscadas para melhorar a proteção dos habitantes das cidades contra ameaças existentes e futuras provocadas pelo clima. Assim como em outras partes do mundo, o conjunto de ações que já estão sendo tomadas pelas cidades é notável. Foram discutidas as seguintes atividades nas sessões da conferência:

- **Adaptação baseada na natureza.**

Foram destacados diversos exemplos de cidades que estão procurando seguir o caminho da adaptação baseada na natureza. A motivação dessa experimentação é o potencial de tais abordagens de desenvolver resiliência urbana associada a eventos climáticos extremos relacionados à água. Isso também permite lidar com as limitações financeiras com frequência enfrentadas por governos locais e com a necessidade de fornecer uma série de “cobenefícios” para as populações locais. Exemplos específicos de tais atividades incluíram a restauração de áreas de conservação e habitats periurbanos, e a manutenção de ecossistemas dentro de centros urbanos.

- **Mudança da resposta a desastres para gerenciamento de riscos.**

Tentar incentivar o planejamento proativo que começa com a avaliação dos prováveis riscos para as populações urbanas e infraestruturas foi outro elemento que surgiu nessa área. A análise de vulnerabilidades urbanas e o planejamento de respostas de longo prazo aos impactos das mudanças climáticas foi uma estratégia discutida na reunião para possibilitar ações no contexto urbano.

- **Cooperação regional.**

O trabalho regional foi identificado como uma necessidade chave. Pode haver benefícios significativos para cidades que enfrentam desafios parecidos e conectados trabalharem juntas, por exemplo, compartilhando conhecimento ou análises das vulnerabilidades que têm em comum. Redes transnacionais de cidades, como a “Cidades pela Proteção do Clima”, do ICLEI, foi um dos exemplos citados, junto com a rede “AdaptaCLIMA” do Brasil, uma iniciativa mais regional.

Tema 2 – Uso da terra

As preocupações com o uso da terra foram repetidamente enfatizadas durante a conferência. Regionalmente, o uso da terra continua sendo um componente essencial das políticas climáticas, tanto da perspectiva de mitigação quanto de adaptação, além de esforços de desenvolvimento sustentável.

Conforme discutido em relação à governança, a integração e a Coordenação de políticas é uma questão importante nessa área. Dependendo do contexto, podem existir sobreposições significativas entre as autoridades e uma falta sistemática de clareza sobre quem, exatamente, é responsável pelo quê. Essa falta de clareza sobre as responsabilidades e a respectiva capacidade limitada de fazer com que as instituições se responsabilizem, foi associada a uma série de desafios de governança. Determinados participantes expressaram preocupação com o potencial de corrupção embutido na falta de transparência sobre os papéis institucionais. Eles também discutiram a necessidade de capacitar governos estaduais e locais, já que essas instituições costumam desempenhar um papel central na elaboração e implementação de políticas do uso da terra. A discussão terminou com uma chamada para aprofundar as pesquisas a fim de entender a atual dinâmica da implementação de políticas em contextos específicos de uso da terra.



Tema 3 – Comércio

Existe uma preocupação de longa data sobre a necessidade de entender o relacionamento entre comércio e mudanças climáticas. Nessa sessão, os participantes se concentraram nos desafios institucionais e jurídicos oriundos da regulamentação do comércio. A discussão girou especialmente em torno do princípio da não discriminação estabelecido pela Organização Mundial do Comércio.

Por exemplo, no caso de jurisdições que planejam envidar esforços de mitigação climática e proteger as próprias indústrias, ao mesmo tempo incentivando outras jurisdições a investir no desenvolvimento com baixas emissões de carbono, ajustes tarifários nas fronteiras parecem ser uma solução atraente. Contudo, nem todos os ajustes desse tipo funcionam com as

regras da OMC. Conforme foi amplamente discutido, surgem diversas complicações oriundas de potenciais conflitos entre opções de políticas climáticas – incluindo ajustes tarifários para emissões de carbono nas fronteiras – e não discriminação nas políticas de comércio.

Um caminho explorado para maior investigação política e acadêmica foi o potencial de o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (produção e consumo responsáveis) de atuar como uma estrutura para a integração de preocupações comerciais e climáticas. Especificamente, o uso da análise de todo o ciclo para entender e regular as emissões incorporadas de produtos pode ser uma forma de administrar tensões entre a política comercial e climática.

Da mesma forma, definir padrões internacionais para carbono integrado, ou outros indicadores comparativos, poderia apoiar as jurisdições na tomada de ações climáticas mais agressivas sem provocar

disputas comerciais. Por exemplo, o desenvolvimento e o uso de um padrão global podem ajudar a demonstrar não discriminação nas barreiras comerciais impostas por uma jurisdição.

Tema 4 – Energia

Conforme amplamente reconhecido na literatura e pelas comunidades do mundo inteiro, entender como as transições rumo a sistemas de energia de baixa emissão de carbono vão interagir com o desenvolvimento humano continua sendo um tópico central para análise e avanço de políticas. Embora possam ser criadas e buscadas oportunidades para cenários “ganha-ganha”, vários participantes enfatizaram alguns dos desafios associados a esforços para implementar estratégias de baixa emissão de carbono, especialmente relacionadas a projetos de energias renováveis.

Ao mesmo tempo, à medida em que aumenta a atenção dispensada ao uso de

energia com baixa emissão de carbono, a migração para um futuro mais limpo de maneira “justa” também atrai maior escrutínio. Determinados participantes levantaram preocupações sobre a necessidade de desenvolver estratégias para gerenciar potenciais conflitos sociais e desigualdades que poderiam ocorrer durante essa transição de energias. Embora alguns grupos de partes interessadas, como os sindicatos, tenham discutido a necessidade de transições justas por algum tempo, essa questão política vem se tornando cada vez mais crítica e uma área importante para maior investigação por legisladores e acadêmicos.





A Climate Strategies é uma organização independente, sem fins lucrativos, que almeja melhorar as políticas nos campos de mudanças climáticas, energia e desenvolvimento sustentável fechando a lacuna entre tomadores de decisão e pesquisadores na Europa e no âmbito internacional. Ela desempenha três funções: Inspiradora: para identificar e testar com as partes interessadas, financiadores e pesquisadores novos tópicos de pesquisa, de preferência multidisciplinar, e sempre com potencial de alavancagem política; Conectora de atores: para encontrar tópicos adequados e financiáveis para projetos, conferências e outros eventos nos quais pesquisadores e legisladores possam se reunir; e Tradutora: para interpretar e divulgar publicamente os resultados das pesquisas, de modo que possam ser usados por legisladores, por partes interessadas comerciais e pela sociedade civil.



Liberdade, justiça e solidariedade são os princípios básicos de trabalho da Fundação Konrad Adenauer (KAS), uma fundação política ligada à União Democrata-Cristã (CDU), partido político alemão. Com mais de 80 escritórios internacionais e projetos em mais de 120 países, nosso objetivo é fazer uma contribuição exclusiva para a promoção da democracia, do estado de direito e de uma economia social de mercado. Além dos programas específicos do país, existem programas regionais transfronteiriços com focos temáticos separados. Um deles é o Programa Regional da KAS sobre “Segurança Energética e Mudanças Climáticas na América Latina” (EKLA), com sede em Lima, no Peru.



A Iniciativa Climática de México (ICM) apoia ações climáticas no México e os esforços do país para ser um líder global na mitigação de mudanças climáticas. A ICM oferece fomentos para apoiar a sociedade civil e organizações sem fins lucrativos, conecta tomadores de decisão e outras partes interessadas importantes, produz pesquisa técnica, e ajuda a atrair recursos filantrópicos para mitigar ações climáticas no México. Os programas da ICM se concentram na descarbonização do setor elétrico, transporte com baixa emissão de carbono e políticas climáticas nacionais.



O Instituto Clima e Sociedade (iCS) é uma organização filantrópica que funciona como uma ponte entre financiadores e promove prosperidade, justiça e desenvolvimento de baixo carbono no Brasil. O Instituto conecta financiadores internacionais e nacionais com parceiros locais. O iCS pertence a uma ampla rede de organizações filantrópicas dedicadas a elaborar soluções para a crise climática. O objetivo do Instituto é promover as condições e a arquitetura para que a sociedade e os tomadores de decisão façam escolhas bem embasadas sobre o caminho de desenvolvimento a ser trilhado pelo Brasil rumo a um futuro climático próspero e seguro.

Com o apoio da:



Publicado por:



Dr. Christian Hübner

Programa Regional da Fundação Konrad Adenauer
sobre Segurança Energética e Mudanças Climáticas
na América Latina (EKLA),
Calle Cantuarias 160 Oficina 202 - MirafloresLima 18
Peru | Energie-Klima-La@kas.de | +51 13 20 28 70



Andrzej Blachowicz

Climate Strategies, c/o WeWork Aldgate Tower,
2 Leman St, London E1 8FA, UK
www.climatestrategies.org

climatestrategies.org/gcpc-2018/